
Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / www.aslegis.org.br

Quem ouve o Congresso?*

João Carlos Ferreira da Silva**

Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
Área de Redação Parlamentar

Um dado pouco percebido no cenário político brasileiro das últimas décadas é a mudança radical dos canais de divulgação do discurso parlamentar. Se até o início dos anos 80 os pronunciamentos dos deputados e senadores eram, em geral, reproduzidos por veículos privados e, especialmente, pela mídia impressa, hoje os sistemas estatais ocupam de forma quase exclusiva esse espaço, com predominância de meios eletrônicos. Com novos canais, deve ter se alterado também o público dos discursos, o que recomenda mais atenção ao assunto e justifica a pergunta do título (no qual o verbo *ouvir* é usado com significado amplo, de acompanhar por qualquer mídia, e não só relacionado com o sentido da audição).

A exceção nesse processo é A Voz do Brasil, que há muitos anos dedica metade de sua hora diária de duração ao noticiário das duas Casas do Congresso Nacional, preparado pelas equipes da Rádio Câmara e da Rádio Senado. Dela, entretanto, falaremos adiante; por ora, tratemos

*A elaboração deste trabalho foi possível graças aos dados gentilmente fornecidos pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, Márcio Araújo, e sua equipe; pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, Armando Rollemberg, e sua equipe; e pela editora-chefe do programa A Voz do Brasil, Kátia Sartório. A todos, os agradecimentos do autor que, entretanto, é o único responsável pela interpretação dada às informações recebidas e, em consequência, por eventuais erros cometidos.

**O autor é jornalista. joao.silva@camara.gov.br

um pouco mais da mudança em si, procurando verificar até que ponto a constatação é verdadeira.

Tomando discurso parlamentar, para este trabalho, como o proferido no Plenário da Câmara ou do Senado, com tema de livre escolha do autor (portanto não vinculado a sessão específica ou a projeto em apreciação na Ordem do Dia), e voltando o olhar para os anos 70, encontramos com muita frequência pronunciamentos feitos da tribuna que obtiveram repercussão nacional. Deputados do grupo “autêntico” do MDB, por exemplo, ficaram conhecidos em todo o País a partir, principalmente, de discursos parlamentares, e o então senador Paulo Brossard tornou-se, pela mesma via, uma espécie de “voz da oposição” ao regime militar.

E de que forma essas falas, originalmente acompanhadas apenas pelos presentes às sessões da Câmara e do Senado, repercutiam em todo o País?

Pela reprodução na imprensa, especialmente nos grandes jornais, nos quais esses parlamentares obtinham fartos espaços – em alguns momentos, até íntegras de discursos foram publicadas.

Parece claro que isso mudou, mas uma pequena investigação, ainda que sem rigor científico, pode oferecer indícios melhores.

Numa semana escolhida aleatoriamente, a de 31 de maio a 6 de junho de 2004, foram feitos, na Câmara dos Deputados, 227 pronunciamentos sobre assuntos não vinculados à ordem do dia ou a sessão solene. No Senado, no mesmo período, foram pronunciados 105 discursos desse tipo. Do total de 332 pronunciamentos nas duas Casas, só quatro receberam destaque e tiveram trechos registrados em algum dos quatro principais jornais do País (O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil) e no principal jornal do Distrito Federal (Correio Braziliense). Dos outros 328, sequer uma frase foi reproduzida. Mais ainda: apesar da diversidade de temas abordados, nenhum deles foi ao menos citado, nem em matérias que tratavam do mesmo assunto.

Salvo em situações especiais, portanto, o discurso parlamentar deixou de ser objeto de interesse da chamada grande imprensa brasileira. Mesmo quando há um tema de repercussão em pauta – como o do reajuste do salário mínimo, que estava sendo votado na Câmara na semana analisada –, os jornais preferem usar declarações obtidas em entrevistas. Até as informações sobre pronunciamentos realizados durante a Ordem do Dia são, em geral, sumárias.

No livro “Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a política” (Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília, 2002), a jornalista e professora Malena Rehbein Rodrigues afirma: “Destaque-se que Ordem do Dia, Grande e Pequeno Expedientes não entram na cobertura diária do Congresso, exceto se tratarem de tema rumoroso ou da agenda midiática. Deixa-se de informar fatos cotidianos relevantes, que afetam diretamente os cidadãos. Isto se dá pela exigência do fato atual pelo jornalismo, que privilegia cobrir bastidores”. A mesma autora relata observações de repórteres políticos segundo os quais “a orientação do jornal é não cobrir Plenário” e “o trabalho do Plenário não é notícia, não é importante, salvo nos casos de votação de medida provisória e vetos presidenciais”.

Aliás, em discurso feito em 1982, o então senador Brossard já registrara essa mudança – e, ressalte-se, não alcançara, à época, grande repercussão.

“Quando cheguei ao Senado”, afirmou ele, “a imprensa de Brasília dedicava aos trabalhos da Câmara e do Senado largo espaço e criteriosa ordenação... Hoje, os jornais mais importantes do País não têm espaço reservado para os trabalhos do Congresso. Não significa isto que não noticiem fatos parlamentares, mais ou menos; mas não há espaço reservado como há para o futebol, para o turfe, por exemplo”. E, recentemente, sobre o mesmo assunto, ao gravar depoimento para seu livro de memórias, “Brossard – 80 anos na história política do Brasil” (Ed. Artes e Ofícios, Porto Alegre, 2004), o ex-senador e ex-ministro disse ao jornalista Luiz Valls: “É uma coisa engraçada: depois que a censura cai, quando termina a censura, muda a imprensa. É uma diferença muito grande. Muda completamente.”

Buscar as razões de tal mudança não é objeto deste ensaio, mas deve-se observar que depois dela – talvez, mais do que isso, em reação a ela – começam a surgir os meios estatais de divulgação das atividades parlamentares. Em 1995, a Agência Senado ganha um formato noticioso e é lançado o Jornal do Senado; em 1996, é criada a TV Senado; em 1997, a Rádio Senado. Em 1998, surge a TV Câmara; em 1999, a Rádio Câmara e o Jornal da Câmara; e, em 2000, a Agência Câmara. Nos últimos anos, passaram a funcionar também emissoras vinculadas a legislativos estaduais e até municipais, que, entretanto, não serão abordadas aqui.

Juntos e somando-se à Voz do Brasil e aos noticiários do Legislativo produzidos para a Rádio Nacional, os veículos do Senado e da Câmara garantem amplo espaço ao discurso parlamentar, pois adotam como prioridade a informação, se possível ao vivo, sobre o que ocorre nos Plenários das duas Casas.

O público, porém, já não deve ser o mesmo da antiga cobertura política baseada nos grandes jornais, e tentar descobrir algo sobre seu tamanho e suas características é o que faremos a partir de agora, embora não existam pesquisas específicas a esse respeito.

Perfil intuitivo

No ar desde a Era Vargas e com espaço para o Congresso Nacional já há várias décadas, A Voz do Brasil é transmitida simultaneamente, das 19 às 20 horas de todos os dias úteis, por cerca de 3.800 emissoras de rádio em todo o Brasil. Isso lhe dá uma audiência potencial quase correspondente à população brasileira, se considerarmos que dados do IBGE para o ano de 2002 indicaram a presença de aparelhos de rádio em 87,9% dos domicílios do País. Certamente, a audiência real é muitíssimo menor, mas não há condições sequer de estimá-la aqui, por falta de dados precisos sobre itens fundamentais, como o número de aparelhos ligados no horário e a média de ouvintes por aparelho. Também se desconhece se o público que acompanha o noticiário dos Poderes Executivo e Judiciário, na primeira meia hora do programa, permanece ouvindo, a seguir, o do Poder Legislativo.

Mesmo sem pesquisas, contudo, podemos nos valer da experiência dos profissionais que produzem A Voz do Brasil para obter indicações, ainda que de caráter subjetivo. Considerando a veiculação compulsória por todas as emissoras, as características gerais do público do rádio, o horário de veiculação e o conteúdo do programa, eles elaboraram um “perfil intuitivo”, segundo o qual seus ouvintes:

- a) são pessoas de diversas categorias e classes sociais, no campo e nas cidades;
- b) têm consciência básica de cidadania e direitos civis;
- c) são homens e mulheres com baixo acesso a outras fontes de informação e que esperam que o programa lhes traga um resumo dos principais fatos do dia;

- d) são pessoas conservadoras, estão interessados na informação oficial, que não lhes deixa dúvidas sobre a veracidade dos fatos divulgados;
- e) querem informação simples, compreensível, sobre assuntos relevantes para a sua vida diária;
- f) esperam ser orientados sobre serviços que facilitem seu cotidiano;
- g) desejam ser atualizados sobre seus direitos, uma vez que têm dificuldade de buscar essas informações em outros meios;
- h) vêem no programa um canal direto de comunicação do Estado com a sociedade civil, para eles, muitas vezes, o único;
- i) sentem-se incluídos no processo social, já que o noticiário fala de assuntos que dizem respeito à sua vida cotidiana.

A força da imagem

Se o abandono da cobertura diária de Plenário pelos grandes jornais foi a primeira etapa de uma grande mudança, como afirmado antes, a criação das TVs Senado e Câmara representou um marco da segunda etapa, que viria consolidar esse processo. E o estudo de suas implicações vai bem além da proposta deste texto, pois o discurso parlamentar transmitido ao vivo para todo o País, sem cortes ou edições, dificilmente pode ser o mesmo dos tempos em que o deputado ou senador falava para as galerias nem sempre ocupadas e para uns poucos repórteres que dariam maior ou menor repercussão a essas falas nos jornais do dia seguinte.

Mudou a cobertura, mudou o discurso e pode-se dizer até que mudou toda a política brasileira. Fiquemos, contudo, na tentativa de esquadriñar o público que surge a partir daí.

Hoje, as imagens da TV Senado e da TV Câmara podem ser captadas por assinantes de televisão a cabo (todas as operadoras) e DTH (Sky, Directv, Tec-sat), por parabólicas de sinal digital ou analógico e, no Distrito Federal, em UHF. Estão instaladas no País 8 milhões de antenas parabólicas, enquanto os sistemas cabo e DTH alcançam 3,5 milhões de assinaturas. Sendo a média estimada de quatro espectadores por aparelho, o público potencial para essas emissoras chegaria a 46 milhões de pessoas. (Como no caso d'A Voz do Brasil, vale lembrar que

não se está falando, neste momento, de audiência real, que é, obviamente, muitíssimo menor – a citação do público potencial tem apenas o objetivo de mostrar o alcance propiciado pelos meios de distribuição de sinais das emissoras).

O Ibope realiza uma pesquisa de TV por assinatura, mas, contatado para fornecer dados a serem utilizados neste ensaio, informou que, como os canais públicos podem ser sintonizados por outras formas, além da TV paga, encontram-se em uma “zona de sombras” que impossibilita uma medição científica.

No primeiro semestre de 2004, o Instituto ofereceu à Câmara dos Deputados um monitoramento de audiência da TV por assinatura, que seria feito por meio de 500 aparelhos, em seis regiões metropolitanas. Por tal levantamento, conforme os dados informados na ocasião, a TV Câmara teria alcançado, no mês de março, média geral de audiência ao longo das 24 horas equivalente a 1,2% do público total, distribuído em 500 mil residências. A proposta de monitoramento não foi aceita porque, na percepção da equipe da Secretaria de Comunicação Social da Câmara, o crescimento da audiência, que ocorre em todo o País, é maior via antenas parabólicas, que atingem também o interior, e, nesse caso, não seria aferido. A amostragem foi considerada pouco representativa, tanto pelo reduzido número total de aparelhos conectados quanto por estar restrita a apenas seis mercados. Além disso, a TV Câmara tem disponibilizado gratuitamente sua programação para emissoras parceiras, o que, igualmente, não apareceria na medição.

De qualquer forma, a 13ª Pesquisa de TV por assinatura, realizada em setembro e outubro de 2004 e publicada pelo Ibope em seu *site*, constatou que a penetração desse meio nas nove principais praças do País permanecia estável, alcançando 12% dos domicílios. A pesquisa anterior, levada a efeito em junho de 2003, mostrou, além disso, que, dos domicílios que já tiveram TV por assinatura, 39% declararam que o preço da mensalidade é o principal motivo para não continuarem com o serviço, e, dos que nunca o tiveram, 35% informaram que não desejavam uma despesa a mais.

Esses dados corroboram outros trabalhos que podem nos dar uma idéia das limitações da TV paga e do perfil do seu público, em função das grandes disparidades econômicas do País. Estudo realizado pelo BNDES em 1999 indicou que, no Brasil, a TV por assinatura

conseguiu, até então, penetrar quase exclusivamente nas classes econômicas de maior poder aquisitivo. Assim, as operadoras de TV a cabo tinham um número de assinantes nas classes A e B cerca de três vezes maior que o de assinantes na classe C.

Matéria publicada na Folha de S. Paulo, com dados mais recentes, de 2001, apontou concentração de 70% dos assinantes de TV paga na classe A. Apesar do esforço das operadoras para ampliar a participação em outras faixas, a situação pouco parece ter se alterado.

Daí se infere que, na modalidade responsável por cerca de 30% de seu público potencial, as TVs estatais devem ter, principalmente, telespectadores economicamente privilegiados.

As imagens das duas emissoras podem ainda ser vistas via Internet. Dessa forma, a TV Senado registrou um total de 289 mil visitas no ano de 2003; a TV Câmara registrou mais de 212 mil num período de dez meses, entre dezembro de 2003 e setembro de 2004.

Nesse meio, igualmente, há predominância das classes mais favorecidas.

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2003 indicou que, na faixa de mais de 20 salários mínimos de renda familiar mensal, 71,4% dos domicílios tinham computador com acesso à Internet; na faixa de 10 a 20 salários mínimos, eram 46%, e na de menos de 10 salários mínimos, apenas 5,1%. Não se pode afirmar, é claro, que esses percentuais se mantêm entre os internautas que acessam as TVs públicas, mas também não há motivos para crer numa modificação significativa.

Por outro lado, das mensagens que recebe todos os dias com críticas, elogios, sugestões e perguntas, a TV Senado registra, em média, pelo menos 30 e-mails e 20 telefonemas no sistema 0800 relacionados diretamente com sua programação. A TV Câmara costuma receber 100 mensagens por e-mail e 50 telefonemas diários. Esses dados, ao mesmo tempo que apontam interesse do público, podem indicar sua situação econômica, pois o e-mail, que implica algum custo para o emissor, é preferido ao telefone 0800, inteiramente gratuito.

Ampliando espaços

Inicialmente de alcance restrito a Brasília e vizinhanças, a Rádio

Senado e a Rádio Câmara têm adotado estratégias semelhantes para ampliar seus limites.

A Rádio Câmara pode ser sintonizada hoje também via satélite e pela Internet; a Rádio Senado dispõe, além disso, de um serviço de ondas curtas dirigido às regiões Norte e Nordeste, estado de Mato Grosso e norte de Goiás. Ambas ainda disponibilizam serviços de rádio-agência, utilizados por centenas de emissoras em todo o País, que multiplicam o aproveitamento de seus programas.

Não existem dados sobre a audiência desses veículos nem, especificamente, das transmissões de discursos parlamentares nas sessões plenárias, mas um indicativo pode estar na procura via Internet. À Rádio Câmara, foram 12.790 visitas em setembro de 2004, representando aumento de 28% em relação ao mês anterior. O tempo médio de permanência em cada uma foi de 4min51seg, sendo o item mais procurado “Últimas Notícias”, que dá informações atualizadas sobre o que acontece na Casa. A Rádio Senado foi visitada mais de 120 mil vezes via Internet durante o ano de 2003; em março de 2004, o número triplicou em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Observe-se que, a julgar pelos dados de renda dos internautas apresentados antes, o acesso ao rádio via Internet altera uma característica importantíssima daquele veículo, a penetração em classes de menor poder aquisitivo. É provável que o público médio do rádio via Internet seja economicamente mais favorecido que o ouvinte do sistema tradicional.

Para navegadores

A Internet tem alavancado, também, a disponibilidade de informações sobre o Parlamento. O site da Câmara oferece as notas taquigráficas das sessões plenárias quase instantaneamente; e do Senado divulga, no chamado tempo real, resumos de cada pronunciamento.

O interesse despertado por esses serviços é mais mensurável.

A Agência Câmara, que produz e divulga em seu site notícias sobre as atividades institucionais da Casa (sem foco nos discursos), registra uma média de 130 mil visitas por mês, ou 5.380 por dia útil, com duração média de 14 minutos cada. Suas notícias também são acompanhadas e reproduzidas por cerca de 350 sites de agências

internacionais e imprensa em geral. Um boletim eletrônico diário produzido pela Agência Câmara já superou o total de 12 mil assinantes, que podem escolher a área sobre a qual desejam receber material jornalístico.

Na Agência Senado, que divulga resumos de todos os discursos, além das notícias da instituição, o crescimento do público internauta pode, igualmente, ser constatado pelos números: em 2002, foram 773 mil acessos, e em 2003, mais de 1,2 milhão, ou seja, um incremento de 63% de um ano para o outro. Em 2004, o mês de março registrou mais do que o dobro do movimento de março de 2003.

Estimulada pela demanda crescente, a Câmara dos Deputados passou a disponibilizar, em sua página eletrônica, o Banco de Discursos Parlamentares, atualizado diariamente e contendo, já no lançamento, mais de 340 mil discursos proferidos desde 1982 na própria Câmara, na Assembléia Constituinte ou no Congresso Nacional. Os interessados também podem dispor do arquivo sonoro, que reproduz os discursos pronunciados desde 1996. Ainda não foram divulgados números sobre o uso desses serviços.

De volta ao impresso

Depois de perder as páginas dos grandes jornais no início dos anos 80, o discurso parlamentar voltou à mídia impressa nos anos 90, por meio de dois veículos estatais, Jornal do Senado e Jornal da Câmara. Em ambos, o discurso parlamentar recebe destaque, com resumos jornalísticos e, em geral, foto do autor.

O Jornal do Senado, mais antigo, chegou a atingir uma tiragem diária de 45 mil exemplares, a maior parte enviada por correio para todo o País. No segundo semestre de 2004, passou por uma reformulação editorial e de estratégia de circulação, adotando uma edição diária de pouco mais de 8 mil exemplares, distribuída em Brasília, e uma edição semanal de 40 mil exemplares, que inclui os assinantes por correio e tem previsão de alcançar 70 mil exemplares. Antes da mudança, foi realizado um recadastramento, com resultados que chamam a atenção: dos 33 mil leitores não institucionais (desvinculados de órgãos públicos ou entidades comunitárias) que receberam correspondência, metade respondeu logo na primeira etapa – um índice considerado alto para esse tipo de trabalho

– e 97% dos que responderam confirmaram o desejo de continuar recebendo a publicação.

O Jornal da Câmara tem tiragem diária de 10 mil exemplares, o dobro da registrada em 2003, com distribuição em órgãos públicos, hotéis e aeroporto de Brasília, e remessa para Assembléias Legislativas e algumas câmaras municipais. Existem estudos para criação da edição semanal, com 70 mil exemplares.

Em relação aos jornais estatais, até sem pesquisas pode-se intuir que atingem, principalmente, um público com algum nível de escolaridade, pois isso é pré-requisito para a leitura.

Pistas e provas

Como se vê, as possibilidades de acesso ao discurso parlamentar cresceram de forma significativa, e há indícios de que esse crescimento tenha se dado em resposta a uma demanda cada vez maior, ou seja, que o público interessado esteja em expansão.

Parece claro, também, que, em função das características de boa parte dos meios disponíveis (TV paga, Internet, jornal), quem *ouve* o Congresso é, principalmente, um público com poder aquisitivo e escolarização acima da média.

Deve-se ressaltar, contudo, que os dados apresentados são, em geral, colhidos nos maiores centros urbanos; um levantamento que abrangesse o público de cidades menores e de áreas rurais, usuário de parabólicas e, talvez, ouvinte d’A Voz do Brasil, poderia alterar o quadro em termos culturais e econômicos.

Tudo isso abre várias outras linhas de indagação, entre elas:

a) o discurso feito hoje é adequado à diversidade de públicos possíveis surgida nos últimos anos?

b) a possibilidade de um público nacional já influi ou tende a influir na escolha de temas para o discurso parlamentar?

c) o discurso de caráter local, ainda freqüente no Legislativo, faz sentido para públicos mais amplos ou, pelo menos, distantes daquele a que se destina?

Mantendo o foco na questão inicial, porém, fica clara a necessidade tanto de estudos mais aprofundados, inclusive de nível

acadêmico, quanto de pesquisas de audiência e perfil de público, que talvez se tornassem mais viáveis se promovidas em conjunto pelos diversos veículos envolvidos.

Enquanto isso não acontece, convém evitar o simplismo de inferir que a má avaliação do mundo político, recorrente em pesquisas de opinião divulgadas de tempos em tempos, implique, necessariamente, descaso da população pelo discurso parlamentar.

As pistas de que o interesse existe, está crescendo e envolve um público de qualificação acima da média não têm ainda base científica – o que foi declarado desde o início –, mas desprezá-las de plano pode ser um equívoco. Como diria um detetive de romance policial, nem só com impressões digitais se esclarecem grandes casos; às vezes, um rápido olhar basta, mesmo que seja muito difícil transformá-lo em prova para convencer os jurados...

Serviço Militar Obrigatório *versus* Serviço Militar Voluntário – o grande dilema

Fernando Carlos Wanderley Rocha*

Sérgio Fernandes Senna Pires**

Consultores Legislativos

Área de Defesa Nacional e Segurança Pública

(...) é claro que nem o direito (internacional) nem a opinião pública mundial podem forçar nações a agir contra seus próprios interesses principais. (...) obviamente, os acordos não eliminam a necessidade de forças armadas poderosas, capazes de servir como dissuasão (...)

Madeleine Albright - Secretária de Estado dos EUA no Governo Clinton

No caso dos países semi-desenvolvidos, é fundamental que se inicie urgentemente um eficaz processo de ‘pós-modernização’ de suas Forças Armadas. Isso é necessário, entre outras razões, para contrarrestar a tentativa dos países tecnificados de induzir (ou impor) ‘novo papel’ para as Forças Armadas dos mesmos, redundando, na prática, em transformar o Exército em gendarmeria, a Marinha em guarda-costa e a Aeronáutica em polícia aérea. Segundo

*fernando.wanderley@camara.gov.br

**sergio.senna@camara.gov.br

essa diretriz, a “civilização” das Forças Armadas facilitaria essa transformação *ad diminutio* e, ademais, retiraria da concepção de defesa nacional a ênfase castrense e eliminaria a possibilidade de emprego das Forças Armadas como componente de política externa, tanto do ponto de vista ativo como sob a forma de dissuasão.

Marcos Henrique Camillo Côrtes -
Embaixador e Conselheiro da Escola
Superior de Guerra

Por menor que seja o poder militar de uma nação frente ao de outra e correndo o risco de uma derrota nos campos de batalha, é o último brado contra a invasão do solo pátrio e o protesto solene no concerto internacional das nações. Não dispor desse poder, ainda que diminuto, significa renúncia tácita à soberania e aceitação da dominação estrangeira, porque em qualquer ponto do planeta haverá sempre um exército: ou o nosso ou o de ocupação. Nosso pensamento

1. Considerações de ordem geral

1.1. Introdução

Antes dos aspectos específicos sobre o serviço militar em nosso País, serão traçadas, ainda que sem uma sistematização específica, algumas digressões que, na verdade, são pressupostos para a abordagem do tema em questão, pois dele não é possível tratar fora dos correntes contextos nacional e internacional.

É necessária a percepção de que as forças armadas são, antes de tudo, instrumento do Estado para a consecução de suas políticas, tanto no âmbito interno como no âmbito externo, protegendo a soberania

e a integridade do país e o seus interesses perante a comunidade internacional.

Bem claro: as Forças Armadas são instrumentos do Estado, subordinadas ao comando civil, e não deste ou daquele Governo. Não fosse assim, tornar-se-iam meras guardas pretorianas, e não instituições nacionais permanentes destinadas à defesa da Pátria.

Aliás, dois são os instrumentos para a consecução das políticas de um Estado no plano internacional: a diplomacia e as forças armadas. E, aqui, fugindo das visões idealistas que cercam os sonhos utópicos, não há diplomacia que não se alicerce em forças armadas de poder ponderável.

Em todos os tempos, em todos os lugares do mundo, como pano de fundo das reuniões que congregam requintados diplomatas em longas discussões verbais, está o braço militar como uma espada de Dâmocles, como o “último argumento dos reis”.

Por mais pacifista que se pretenda ser, não há dúvida que o “direito da força” se sobrepõe à “força do direito”. Que o digam os iraquianos, vilipendiados em sua soberania pela ocupação militar liderada pelos norte-americanos.

Governantes que não enxergam essa realidade tornam-se irresponsáveis na condução dos destinos do seu País.

Nesse mister, são de enorme sapiência os conselhos de Maquiavel no capítulo XV de *O Príncipe*:

Muitos já conceberam repúblicas e monarquias jamais vistas, e de cuja existência real nunca se soube. De fato, o modo como vivemos é tão diferente daquele como deveríamos viver, que quem despreza o que se faz e se atém ao que deveria ser feito aprenderá a maneira de se arruinar, e não a se defender.

Portanto, não há lugar para utópicos sonhos recheados de bom mocismo na arena internacional, muito difícil e tortuosa, na qual as armas da diplomacia, do poder militar e do poder econômico são trançadas sem qualquer piedade.

1.2 As Forças Armadas e o contexto internacional

O término da Guerra Fria – com o colapso de quase todo o mundo socialista – e o advento da chamada Globalização desencadearam profundas mudanças no cenário internacional, com reflexos variados, conforme o país, em todas as suas expressões do Poder Nacional: política, econômica, militar, psicossocial e científico-tecnológica.

No lugar da tão almejada paz, o esfacelamento da União Soviética – que até então contrabalançava o poder militar estadunidense no frágil equilíbrio mundial – deixou os Estados Unidos com uma supremacia nunca vista, cujo braço militar e econômico alcança e, muitas vezes ameaça, os mais recônditos confins do planeta.

Também, a partir daí, reacenderam-se questões, por vezes profundamente arraigadas, mantidas sob controle por governos fortes: aspirações nacionalistas, grupos étnicos lutando pela sua autodeterminação, antagonismos históricos e religiosos, imigrações descontroladas. Tudo isso em um cadinho ao qual se acrescentam *as* desigualdades sociais e regionais e os interesses econômicos, além da substituição do confronto ideológico leste x oeste – contrapondo os blocos socialista e comunista – pelo confronto socioeconômico norte x sul – contrapondo os países pobres do hemisfério meridional e os ricos do hemisfério setentrional.

Não bastasse, as atividades criminosas ganharam em sofisticação e magnitude, espalhando-se por vários países, chegando, mesmo, a ameaçar a soberania de alguns. São os chamados delitos transnacionais: narcotráfico, terrorismo, crime organizado, lavagem de dinheiro, biopirataria, contrabando de riquezas naturais e contrabando de armas e munições.

Se cada uma dessas questões pode, por si só, representar uma ameaça direta à soberania de alguns países, indiretamente também o são quando invocadas para justificar intervenções internacionais, às quais se juntam ainda as chamadas “causas nobres”: manutenção da paz, preservação ou restabelecimento da democracia, redução e controle de armas, proteção dos direitos humanos, defesa das minorias, justiça social, proteção ao meio-ambiente e proteção dos povos indígenas, dentre outras, que servem para justificar, perante a opinião pública, a sanha intervencionista de países do primeiro mundo por intermédio de ações militares e de sanções diplomáticas, econômicas, financeiras ou comerciais nos países-alvos fragilizados.

Para amparar as pretensões intervencionistas, passaram a ser orquestradas novas concepções jurídicas e diplomáticas: o fim do Estado-nacional, soberania limitada ou compartilhada, dever de ingerência, direito de intervenção, interferência humanitária, reformulação do papel das forças armadas (novas missões), ou simples extinção das forças armadas dos países em desenvolvimento e sua substituição por forças de paz de Organismos Internacionais.

Sobre as “novas missões”, vê-se que são missões tipicamente policiais, com o primeiro mundo reservando para as suas forças armadas o papel de “polícias internacionais”, com direito à intervenção, ingerência e outros tipos de intromissão na soberania dos países semi-desenvolvidos (Panamá, Granada, Iraque, Iugoslávia, Somália, Afeganistão etc...), enquanto destina para as forças armadas dos países semi-desenvolvidos o papel de “polícias nacionais” no combate aos delitos internos, particularmente os que são do interesse das primeiras (narcotráfico, terrorismo, etc...) ou de coadjuvantes nas intervenções internacionais (forças de menor expressão na ocupação do Iraque e do Afeganistão, por exemplo).

Tudo isso encobrindo o exercício do “direito do mais forte”, sempre que possível, sob o aparente endosso universal pelo aval da ONU ou, quando dela não se obtém a chancela, pela intervenção feita “em nome da comunidade internacional”, com a opinião pública sendo intensamente bombardeada pelos meios de comunicação de massa, de modo que o gerenciamento de crises amplia de muito a concepção tradicional de emprego das forças armadas primeiro-mundistas, transformando o intervencionismo em forma normal e legítima de atuação internacional.

Diante desse contexto internacional, nenhum Estado que pretenda manter a posse, a jurisdição, a inviolabilidade e a indivisibilidade do seu território, a liberdade do seu povo, sua soberania e independência pode abdicar de um poder militar suficientemente forte para dissuadir qualquer tentativa de ingerência externa.

1.3. Tendências no pós-modernismo militar

O quadro a seguir, com algumas adaptações, representa a evolução e as tendências atuais, em diferentes graus de amplitude e velocidade, conforme o país em consideração, que alcançam as forças armadas do chamado Primeiro Mundo. Outros parâmetros poderiam ser acrescidos: incorporação de mulheres e de homossexuais, perfil dos militares etc. Entretanto, para os fins deste trabalho, os relacionados a seguir são suficientes.

Tabela 1 – Evolução da concepção de emprego e estrutura das forças armadas no mundo.

| 1º MUNDO | PERÍODO | | |
|---|--|--|---|
| | MODERNO 1900 - 1945 (antes da Guerra Fria) | MODERNO FINAL 1946 - 1990 (durante a Guerra Fria) | PÓS-MODERNO A partir de 1991 (após a Guerra Fria) |
| Ameaça percebida | Invasão inimiga | Guerra nuclear | Conflitos subnacionais e sub-estatais |
| Missão principal das FA | Defesa do território pátrio | Alianças para segurança coletiva | Novas missões: - Defesa - Dissuasão - Gerenciamento de crises |
| Estrutura das FA | Grandes efetivos com base no serviço militar obrigatório | Grandes efetivos com base no serviço militar voluntário (profissional) | Pequenos efetivos com base no serviço militar voluntário (profissional) |
| Participação de civis em atividades de defesa | Componente reduzido | Componente mediano | Componente muito grande |

Fonte (com adaptações): **A DEFESA NACIONAL DIANTE DO PÓS-MODERNISMO MILITAR** – Marcos Henrique Camillo Côrtes - Revista da Escola Superior de Guerra – Ano XVIII, n.º 40, 2001.

De forma semelhante, construir-se-ia o seguinte quadro para o Brasil, possibilitando necessárias comparações.

Tabela 2 – Evolução da concepção de emprego e estrutura das forças armadas no Brasil.

| BRASIL | PERÍODO | | |
|---|--|--|--|
| | MODERNO 1900 - 1945 (antes da Guerra Fria) | MODERNO FINAL 1946 - 1990 (durante a Guerra Fria) | PÓS-MODERNO A partir de 1991 (após a Guerra Fria) |
| Ameaça percebida | Invasão inimiga | Invasão inimiga (até 1982) Violação das fronteiras | Conflito subnacional ou sub-estatal (em contexto próprio) |
| Missão principal | Defesa do território pátrio Apoio à aliança (1942/45) | Defesa do território pátrio Missões de paz | Vigilância e proteção de fronteiras e do espaço aéreo Novas missões |
| Estrutura das Forças Armadas | Grandes efetivos Serviço militar obrigatório | Grandes efetivos Serviço militar obrigatório | Grandes efetivos Serviço militar obrigatório |
| Participação de civis em atividades de defesa | Componente reduzido | Componente reduzido | Componente reduzido |

Fonte (com adaptações): **A DEFESA NACIONAL DIANTE DO PÓS-MODERNISMO MILITAR** – Marcos Henrique Camillo Côrtes - Revista da Escola Superior de Guerra – Ano XVIII, n.º 40, 2001.